



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

PETIÇÃO Nº 493-80.2014.6.00.0000 – CLASSE 24 – RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO

Relator: Ministro Luiz Fux

Requerente: Janaina Frejat de Freitas

ELEIÇÕES 2012. SISTEMA DIVULGACAND. PEDIDO DE EXCLUSÃO DE DADOS PESSOAIS. DECLARAÇÃO DE BENS. CANDIDATO NÃO ELEITO. CARGO. VEREADOR. FINALIDADE DA DIVULGAÇÃO ATINGIDA. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE (CRFB/88, ART. 5º, X). DEFERIMENTO.

1. A retirada, do Sistema de Divulgação de Candidaturas (DivulgaCand), de informações de candidatos não eleitos após o encerramento do período de mandato para o qual concorreram é admissível conforme jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Precedente (PA nº 501-91/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 14.2.2014).
2. *In casu*, apesar de os mandatos iniciados em 2012 ainda estarem em curso, verifico que a Requerente não foi eleita, evidenciando-se a superveniente ausência de interesse na exposição de seus dados, motivo pelo qual a mesma *ratio* que preside o precedente supra deve incidir na hipótese.
3. O juízo de ponderação entre o direito do cidadão ao amplo acesso às informações relativas aos *players* da competição eleitoral e o direito à privacidade dos candidatos não prescinde da análise do lapso temporal decorrido entre a realização do pleito e a data do requerimento, além do exame das circunstâncias do caso concreto.
4. O direito à privacidade da Requerente merece ser preservado, notadamente porque a restrição das informações atinentes à relação de bens não ultraja os objetivos subjacentes ao dever de publicidade das informações dos candidatos.
5. No caso *sub examine*, além de as eleições terem ocorrido em 2012, a Requerente vem sofrendo reiteradas

ameaças e constrangimentos em virtude da referida divulgação e manutenção, até o presente momento, dos seus bens pessoais no Sistema DivulgaCand, razão pela qual o equacionamento da controvérsia reclama a efetiva proteção à garantia jusfundamental da privacidade.

6. Deferimento do pedido, oficiando o Cartório Eleitoral respectivo, a fim de que proceda aos ajustes necessários para as informações relativas à Requerente serem abarcadas pela opção “não divulgável” no Sistema DivulgaCand.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em deferir o pedido, nos termos do voto do relator.

Brasília, 17 de março de 2015.

MINISTRO LUIZ FUX – RELATOR



## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX: Senhor Presidente, cuida-se de ofício por meio do qual o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro encaminha cópia da petição protocolada por Janaina Frejat de Freitas, candidata ao cargo de Vereadora no pleito de 2012, mas não eleita, objetivando a retirada da totalidade de seus dados pessoais do Sistema DivulgaCand.

Consoante alega a Requerente, *“não lhe parece razoável ter seus dados ainda expostos nos cadastros dessa instituição mesmo passados mais de 1 (um) ano das eleições municipais, nas quais não conseguiu se eleger”* (fls. 3). Acrescenta que está sofrendo ameaças e constrangimentos em virtude da divulgação das informações mencionadas.

A Diretoria-Geral determinou a remessa do documento à Secretaria Judiciária, a qual assim se manifestou (fls. 11 e 13):

[...] tem-se que a Secretaria Judiciária não possui competência para determinar a retirada dos dados pessoais do Sistema de Divulgação de Registros de Candidaturas.

Cumpre ressaltar que o Tribunal Superior Eleitoral já recebeu requerimento semelhante ao ora analisado e nele houve **manifestação da Secretaria de Tecnologia da Informação e parecer prévio da Assessoria Especial da Presidência**, seguido de encaminhamento à Presidência do Tribunal, que por sua vez determinou a autuação e distribuição do feito. É o caso, por exemplo, do Processo Administrativo nº 501-91.2013.6.00.0000.

Registro que na assentada de ontem (26.11.2013), o Plenário da Corte julgou o Processo Administrativo nº 501-91.2013.6.00.0000 e deferiu a retirada de alguns dados mediante o cumprimento de certos requisitos.

Nesse passo, entende-se nesta informação, salvo melhor juízo, que o requerimento de Janaina Frejat de Freitas deverá seguir o mesmo rito do Processo Administrativo nº 501-91.2013.6.00.0000.

[...]

Devolvam-se os autos à Diretoria-Geral, com sugestão de encaminhamento à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.  
[Grifo nosso]

Os autos foram, então, remetidos à Assessoria Especial, que opinou pelo deferimento parcial do pedido, no sentido de serem retirados da página eletrônica deste Tribunal (Sistema DivulgaCand2012) apenas os dados referentes aos bens patrimoniais da Requerente (fls. 18).

Devolvido o procedimento à Diretoria-Geral, a unidade aludiu ao decidido no Processo Administrativo nº 501-91.2013.6.00.0000, para amparar a proposta de apreciação superior da matéria (fls. 20-21).

A Secretaria-Geral da Presidência determinou a autuação e a distribuição dos autos.

Após a distribuição pelo sistema automático, mediante sorteio, vieram-me conclusos.

No despacho de fls. 24-25, determinei, então, que a presente petição fosse remetida à Secretaria de Tecnologia da Informação, para se manifestar quanto à possibilidade técnica de atendimento do pedido.

A fls. 28, o Chefe da Seção de Processamento de Eleições II informou que *“não existem mecanismos no sistema DivulgaCand que permitam exclusão tão somente dos dados pessoais do candidato, conforme pleiteado pela eleitora Janaina Frejat de Freitas. Outrossim, informo que o Cartório Eleitoral pode colocar a candidata como não divulgável no Sistema de registro de Candidaturas – CAND, que refletirá na não divulgação de todos os dados da candidata no DivulgaCand, sem a exclusão destes da base de dados”*.

É o relatório.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (relator): Senhor Presidente, a Assessoria Especial, em seu parecer, assim se manifestou (fls. 16-18):

A Justiça Eleitoral executa uma série de providências que visam resguardar a transparência e todo o processo eleitoral e, nesse contexto, de todas as informações de interesse público, permitindo,

assim, um maior controle social por parte dos cidadãos, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade, moralidade e eficiência.

Exemplo disso é o Sistema de Divulgação de Candidaturas para as Eleições (DivulgaCand), disponível no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvido com o objetivo de dar aos eleitores maior transparência em relação aos candidatos que solicitarem registro na Justiça Eleitoral e, ainda, de servir como instrumento de fiscalização, visando combater o enriquecimento ilícito.

Por meio desse Sistema, é possível consultar o quantitativo de candidaturas por município, a situação dos candidatos e informações a eles relativas, como, por exemplo, nome completo, data de nascimento, estado civil, naturalidade, ocupação, grau de instrução, legenda partidária, coligação à qual pertence, situação do pedido de registro, proposta de governo, declaração de bens, etc.

Dessa forma, quando o cidadão decide concorrer a um cargo político, ele se torna uma pessoa pública, devendo submeter-se às normas que regem o pleito, o que inclui a disponibilização de seus dados pessoais a toda população e também a órgãos da imprensa.

Sobre o tema, é de se registrar que, na Sessão Plenária do dia 26.11.2013, este Tribunal julgou matéria similar no Processo Administrativo nº 501-91, manifestando-se nos termos do voto do relator, Ministro Dias Toffoli. Confira-se:

‘(...) Nesse ponto concordo com a Assessoria Especial, entretanto, não vejo razão para que informações – como o endereço, telefones, e-mails e relação dos bens patrimoniais – relacionadas aos candidatos que perderam a eleição continuem expostas na internet, após o encerramento do período de mandato para o qual concorreram. É uma exposição excessiva e sem utilidade prática à sociedade ou à Justiça Eleitoral.

Assim, na espécie, encerrado o período de mandato para o qual a ex-candidata Lígia Costa Curta Sogaia havia concorrido, não mais subsiste interesse na exposição de certos dados pessoais na internet, até porque eventual interesse já teve tempo suficiente para consultar ou copiar essas informações do sistema’.

No caso ora em análise, embora o mandato para o qual a requerente concorreu nas eleições de 2012 não tenha se encerrado, é de se destacar que ela não foi eleita, como faz prova o documento de folha 7.

Das informações às quais se refere o julgado transcrito, apenas a declaração de bens da postulante consta do Sistema de Divulgação de Candidaturas.

Nesse sentido, deve-se considerar que a principal razão para se defender a disponibilização da declaração de bens é a possibilidade de se acompanhar a evolução patrimonial do parlamentar eleito, com a finalidade de evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o que não se aplica ao presente caso, pois a postulante não obteve êxito na eleição.

Ademais, a manutenção dessa informação para consulta pública também se justificaria na hipótese de eventual impugnação à candidatura ou representação em desfavor da candidata, argumento que não subsiste em razão do escoamento do prazo para tais ocorrências.

Assim, seguindo a ideia defendida no precedente citado, entende-se pela pertinência da retirada apenas da declaração de bens da requerente do Sistema DivulgaCand2012.

A disponibilização dos demais dados constantes desse Sistema, além de atender aos princípios da publicidade e da transparência, não é motivo para a ocorrência de ataques, graves constrangimentos e ameaças, como se preocupa a requerente.

[...]

Pelo exposto, a Assessoria Especial opina pelo deferimento parcial do pedido, no sentido de serem retirados da página da internet deste Tribunal (Sistema DivulgaCand2012) apenas os dados referentes aos bens patrimoniais da requerente.

Conquanto no precedente citado, da relatoria do Min. Dias Toffoli, a retirada de dados pessoais tenha sido deferida porque o período de mandato para o qual a Requerente concorrera havia se encerrado, entendo que a mesma *ratio* que presidiu a fixação do entendimento deve incidir ao caso concreto. Isso porque, apesar de os mandatos iniciados em 2012 ainda estarem em curso, verifico que a Interessada não fora eleita, evidenciando-se, bem por isso, e tal como no julgado supra, a superveniente ausência de interesse na exposição das informações.

Deveras, no juízo de ponderação entre, de um lado, o direito do cidadão ao amplo acesso às informações relativas aos *players* da competição eleitoral, e, de outro lado, o direito à privacidade dos candidatos, não se prescinde da análise do lapso temporal decorrido entre a realização do pleito e a data do requerimento, outrossim das circunstâncias do caso concreto (*e.g.*, ameaças e aos constrangimentos sofridos pela Requerente em virtude da referida divulgação).

Na espécie, referidas circunstâncias (interregno entre a realização do pleito e a data do requerimento – conjugado às ameaças e aos constrangimentos sofridos pela Requerente em virtude da referida divulgação) militam em favor, e não contra, a preservação do seu direito à privacidade do Requerente. Vale dizer: os objetivos subjacentes ao dever de publicidade das

informações já foram alcançados, tal como consignado no parecer acima reproduzido. Destaco, ademais, que, dentre os dados que poderiam ter sido divulgados, *“apenas a declaração de bens da postulante consta do Sistema de Divulgação de Candidaturas”* (fls. 17).

Na sequência, tendo em conta a imprescindibilidade de que o presente feito alcance resultado útil e diante da informação no sentido da impossibilidade técnica de excluir apenas a relação patrimonial do referido sistema, entendo por bem acolher a sugestão preconizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação desta Corte Superior (fls. 29). Desse modo, determino que seja oficiado o Cartório Eleitoral respectivo, a fim de que proceda aos ajustes necessários para que as informações relativas à Requerente sejam abarcadas pela opção “não divulgável” no Sistema DivulgaCand.

Friso, por oportuno, que tal providência atenderá a finalidade perseguida pela Interessada, uma vez que seus dados não serão divulgados, mas continuarão fazendo parte da base de dados (fls. 29).

*Ex positis*, defiro o pedido, nos termos acima delineados.

É como voto.

## EXTRATO DA ATA

Pet nº 493-80.2014.6.00.0000/RJ. Relator: Ministro Luiz Fux.  
Requerente: Janaina Frejat de Freitas.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido, nos termos do voto do relator.

Presidência do Ministro Dias Toffoli. Presentes a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, os Ministros Luiz Fux, João Otávio de Noronha, Admar Gonzaga e Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, e o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Eugênio José Guilherme de Aragão. Ausente o Ministro Gilmar Mendes.

SESSÃO DE 17.3.2015.